

GRUPO IV

PRIMEIRA PARTE

Dissertação

O juiz federal condenou Fulano, vereador em sua cidade, por violação à norma contida no artigo 337-A, I, combinado com o artigo 71, ambos do Código Penal, à pena de 2 anos e seis meses de reclusão, substituída por duas penas restritivas de direito, a saber: prestação pecuniária e prestação de serviços à comunidade.

A sentença considerou comprovado que, no exercício da administração da empresa XYZ, Fulano reduziu contribuição social previdenciária devida pelo empregador por meio da omissão, em documentos de informação previstos na legislação previdenciária, de parte da remuneração paga a Sicrana, a título de salários, ao longo de dois anos, quando Fulano ainda não era vereador. A prática foi apurada e reconhecida em sede da Reclamação Trabalhista promovida por Sicrana em face da empresa XYZ. A sentença na Justiça do Trabalho reconheceu o débito das contribuições previdenciárias, sentença esta que transitou em julgado. Com base nos elementos colhidos na Reclamação, o MPF ofereceu a denúncia após a diplomação eleitoral de Fulano.

Fulano apela da sentença criminal, alegando:

a) preliminarmente, invocando entendimento sumulado pelo STF, a incompetência absoluta do juízo sentenciante, eis que, por estar no exercício de mandato de vereador e uma vez que a Constituição de seu Estado garante aos vereadores foro por prerrogativa de função no Tribunal de Justiça Estadual, deveria ser julgado naquele órgão;

b) no mérito, com fundamento na Súmula Vinculante nº 24 do STF e com base no artigo 89 da Lei nº 9.430/96, argumenta, em síntese, que não houve exaurimento da via administrativa de molde a configurar a justa causa para a ação penal;

GRUPO IV

c) sucessivamente, alega que a pena deveria se ater ao mínimo legal, descabido o reconhecimento da continuidade delitiva, já que se trata de delito instantâneo.

Vieram os autos da apelação ao Ministério Público Federal, para o competente parecer. Elabore-o em, **no máximo, 80 linhas**, enfrentando todos os argumentos acima expostos.

(o valor da resposta para as alíneas “a” e “b” é de 15 pontos cada e para a alínea “c” é de 10 pontos).

SEGUNDA PARTE

Questões

1. Cinco (05) dias após a diplomação de determinado candidato à Deputado Federal, o Ministério Público Eleitoral recebe provas de que ele comprou o voto de 2 eleitores, dando-lhes dinheiro mediante exposto pedido de votos após requerer o registro de sua candidatura e antes da data da eleição. Responda:

a) justifique as razões pelas quais pode ou não ser ajuizada pelo Ministério Público Eleitoral cada uma das três seguintes ações eleitorais de natureza não criminal: ação de investigação judicial eleitoral por abuso de poder econômico, representação por captação ilícita de sufrágio e ação de impugnação de mandato eletivo;

b) a referida conduta é, em tese, tipificada criminalmente? Em caso positivo, considerando que o referido candidato se reelegeu e se encontra no exercício do cargo de Deputado Federal, qual é o juízo originariamente competente para receber a denúncia?

(o valor da resposta para cada alínea é de 5 pontos).

GRUPO IV

2. A inelegibilidade de candidato deve ser em regra arguida na fase de registro da candidatura, por meio de ação de impugnação ao registro de candidatura (AIRC). Responda:

a) que inelegibilidades não precluem por não terem sido arguidas na fase e na forma (AIRC) acima indicadas?

b) em que momento e de que forma (por qual ação ou meio processual) essas inelegibilidades podem ser posteriormente arguidas?

((o valor da resposta para cada alínea é de 5 pontos)).

3. Apresente sucintamente as características dos crimes ambientais, considerando categorias e princípios da dogmática penal.

Máximo de 15 linhas.

4. O documento eletrônico encontra proteção na lei penal?

Máximo 15 linhas.

5. Discorra, **no máximo em 15 linhas**, sobre as novas modalidades de medidas cautelares trazidas ao processo penal brasileiro pela Lei nº 12.403/2011, enfatizando:

a) seus pressupostos **(3 pontos)**;

b) a incidência do princípio da proporcionalidade em sua aplicação **(4 pontos)**;

c) seus limites temporais **(3 pontos)**.

6. Estabeleça, **em no máximo 15 linhas**, as diferenças entre rejeição de denúncia e absolvição sumária, e suas consequências no processo penal.